


## Resenha do artigo intitulado “A lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo: o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade”<sup>1</sup>


Review of the article entitled “The logic of power, heteronormativity and racism: epistemicide and subalternity as strategies of repression and vulnerability”

ARK: 44123/multi.v5i10.1243

Recebido: 25/06/2024 | Aceito: 05/09/2024 | Publicado on-line: 16/09/2024

Verônica Aparecida das Chagas Marques Oliveira<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0009-0004-9936-576X>

 <https://lattes.cnpq.br/9480501134401909>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [veronicaap.chagas@gmail.com](mailto:veronicaap.chagas@gmail.com)

### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo: o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade”. Este artigo é de autoria de: Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, no Vol. I, edição n. 2, 2018.

**Palavras-chave:** Racismo. Heteronormatividade. Poder. Epistemicídio. Subalternidade.

### Abstract

*This is a review of the article entitled “The logic of power, heteronormativity and racism: epistemicide and subalternity as strategies of repression and vulnerability”. This article was authored by: Jonas Rodrigo Gonçalves. The article reviewed here was published in the journal “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, in Vol. I, edition n. 2, 2018.*

**Keywords:** Racism. Sexual Standardization. Power. Racial Prejudice. Subalternity.

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Lógica do Poder, A Heteronormatividade e o Racismo: O Epistemicídio e a Subalternidade como Estratégias de Repressão e de Vulnerabilidade”. Este artigo é de autoria de: Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, no Ano I, Vol.I, n.2, 2018.

<sup>1</sup> Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.



Conheçamos alguns detalhes acerca do currículo do autor deste artigo. Grande parte da formação e das vivências de um autor contribui significativamente para a reflexão acerca dos temas que ele escolhe abordar em seus escritos. Vejamos, então, um pouco acerca do autor.

O autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutor em Psicologia. Mestre em Ciência Política. Especialista em Letras, em Educação e em Direito. Possui Licenciatura em Letras (Português/Inglês), Licenciatura Plena em Filosofia, habilitando-se também à Licenciatura Plena em História, Psicologia e Sociologia. Cursando estágio pós-doutoral em Direito com concentração em Direitos Humanos. Docente de ensino superior. Pesquisador, coordenador e integrante de grupos de pesquisa sobre diversas áreas. Editor-chefe de periódicos com Qualis (Capes) e de editoras científicas e acadêmicas. Currículo Lattes e Identificador Orcid disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> e <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>, respectivamente.

Este artigo organiza-se nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, a lógica do poder: alteridade e repressão, padrão heteronormativo: vulnerabilidade e não alteridade, racismo: epistemicídio e subalternidade, considerações finais, referências.

A lógica do poder é estruturada para apartar o que não corresponde ao padrão hegemônico e influenciará as questões relativas à sexualidade. A heteronormatividade será baseada em relações estabelecidas pela soberania e pela eugenia. E então o surgimento da lógica do racismo é justificado pelo papel de não ser apregoado a negros. A ideia de pessoa não é ligada a eles, mas sim a de corpo. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, examinando o epistemicídio e a subalternidade como métodos de repressão e também de vulnerabilidade (GONÇALVES, 2018).

O tema desta obra é “A lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo: o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade”. Foi discutido o seguinte problema: “De que maneira o poder é associado às relações tendenciosas à repressão, principalmente ao que diz respeito à sexualidade e ao racismo? Como essa lógica de poder influencia na segregação do não hegemônico?”. O artigo parte da seguinte hipótese: “A lógica do poder constitui um alicerce fundamental nas relações repressivas, influenciam nas questões relacionadas à sexualidade e ao racismo. E o papel de não ser apregoado a negros (pretos e pardos), indígenas e afins, justifica o surgimento da lógica do racismo”.

Esta obra teve como objetivo geral: “discorrer sobre a lógica do poder, o racismo e a heteronormatividade”. E como objetivos específicos: “abordar a subalternidade e o epistemicídio, como estratégias de vulnerabilidade e de repressão”.

O tema da pesquisa foi justificado pelo autor a partir de três pilares: pessoal, científico e social. No primeiro deles, por repudiar as ideias de epistemicídio e eugenia, assim como por se considerar um pesquisador das ciências sociais. Para a ciência, por acreditar ser o artigo um contraponto importante para a ausência do pensar o racismo em si, nas academias. Já socialmente, Gonçalves acredita na relevância de sua obra sob a ótica de sermos, no Brasil, uma população majoritariamente negra (pretos e pardos).

A metodologia aplicada na construção da pesquisa do artigo em análise foi pautada em pesquisa bibliográfica, pois trata-se de um artigo de revisão de literatura. A base da discussão foi constituída, dentre outros autores, por: Aparecida Sueli Carneiro, Michel Foucault e Achille Mbembe.



Jonas Gonçalves, adequadamente, indaga: “Como pode ser entendida a alteridade, em situações de repressão?”. E continua: “levando em consideração as questões sobre a diversidade, pensar a alteridade não é difícil”. É cabível a investigação que explore a alteridade junto à diversidade sexual, sendo o poder entendido como possibilidade repressora. A ideia de alteridade é a base da relação que permite ao outro respeitar aquilo que se atribui a si. Sinaliza, ainda, que, o poder se apresenta como uma maneira de repressão.

O artigo evidencia que ao resumir a história da normatização, Michel Foucault (1987) analisa que, em qualquer delas, sempre há o emprego dos conceitos de descontinuidade e ruptura. O autor elucida que para Foucault, a sociedade necessita romper com a estrutura verticalizada de opressão. Gonçalves também ilumina o ponto que, conforme Michel Foucault destacou, é essencial utilizar conceitos de descontinuidade em toda análise histórica, visando libertar-se das noções que ampliam o tema da continuidade, como uma tarefa negativa a ser realizada. O poder se manifesta como uma maneira evidente de controle social.

Foucault (1987) enfatiza que nossa sociedade está tomada pela ideologia racista que permeia nosso vocabulário, pois a própria língua é utilizada como meio de dominação, de acordo com a análise de Gonçalves (2010). O artigo deixa claro, também, que havendo a libertação desses grupamentos considerados universais, novas unidades poderão ser criadas.

Gonçalves afirma, de forma relevante que, conforme sugerido por Foucault, é importante separar a instância em que a declaração é feita, no que diz respeito à língua e ao pensamento. Do ponto de vista dessas novas unidades, é relevante considerar a relação com as diversas sexualidades. O artigo elucida que gramática ou medicina são os termos que Foucault (1987) utiliza para nomear as declarações que pertencem aos grupamentos milenares. No manuscrito, é posto que Foucault (1987) evidencia o seguinte: como instrumento de dominação e poder, esses grupos de enunciados impõem-se a nosso hábito.

O autor, assertivamente, esclarece que é primordial entender a ideia de “regras de formação”. Nesse sentido, segundo ele, se o criminoso foi analisado sob uma perspectiva psicológica e patológica, e se a conduta transgressora deu lugar a uma variedade de áreas de conhecimento, então foi utilizada uma rede específica de relações.

É dito por Alain Touraine (1990, p.215), e citado de maneira importante na obra resenhada, que o Estado usa como forma de manifestar seu poder de repressão, a tentativa de deixar a sociedade com uma cultura única. Ele reflete, ainda, segundo o artigo, sobre como as crenças e as práticas religiosas têm o poder de buscar a unificação ideológica populacional. De acordo com o texto, para Touraine (1990), existiu o isolamento da vida comunitária que havia preservado a diversidade da cultura contra as pretensões do poder central. O artigo aduz, também, que para Foucault (1987), as relações do discurso não são inerentes ao próprio discurso.

Já para Nietzsche (1997), conforme elucidado pelo artigo, o instrumento usado como forma de repressão social era a moral. Endossando tal afirmação, a obra aduz que Gonçalves (2010) analisa a lógica de Nietzsche e expõe que o que impede o ser humano de se tornar um Super-Homem é uma cultura massificada, que reprime seu instinto e o impede de transcender. Ratificando sabiamente essa lógica, o autor conclui, então, que para continuar sendo esse Super-Homem ele precisará reformular essa moral. Assim, a tese da moral como instrumento repressor é reforçada. A obra resenhada esclarece que, destacando a lógica da submissão dentro da teoria da



soberania, Gonçalves (2010) diz que o ciclo do sujeito para o sujeito é a teoria da soberania, assim como o ciclo dos poderes e do poder, e o ciclo da legitimidade e leis.

O manuscrito, de maneira adequada, aponta que esses instrumentos de poder têm como referência de entendimento a cidade operária, como reflete Foucault (1987). O autor aduz que para Foucault, tais instrumentos são regulamentadores, e que há também os disciplinares. Foucault (1987) fala primeiro sobre a teoria da soberania e, logo após, sobre a cidade operária, como explicita a importante obra. Conforme as valiosas ponderações de Gonçalves, a própria estrutura da cidade exerce pressões sobre a sexualidade, ou seja, sobre a procriação.

De maneira relevante, o autor afirma que o poder foi visto como uma maneira de repressão, fundamentado em uma moralidade repressora. E, em se tratando de apoio ou reprovação religiosa, mesmo levando em consideração as posições variadas de religiões diversas, a reprovação apresenta-se como uma constante. Diante desse cenário, ele reflete que a legislação atual sobre Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo não propõe casamento ou matrimônio, mas uma união civil assegurando aos parceiros os direitos legais já existentes.

A obra traz à luz que, Foucault (1987) afirma que é possível inferir diversas coisas a partir do fenômeno abrangente da dominação pela classe burguesa. O texto expõe, ainda, que Foucault (1987) deixou evidente como esses instrumentos de poder começaram a se tornar politicamente úteis e economicamente lucrativos. Suas questões ideológicas, segundo o autor aduz, refletem a situação política e econômica do período em que ele formulou seus pensamentos.

Gonçalves, assertivamente, afirma que há muito tempo existe a repressão da sexualidade. Da mesma maneira, a obra resenhada aponta que o corpo, assim como a sexualidade, passou a ser objeto requisitado das políticas de controle e da moralização social, como refletem Prado e Machado (2008, p.12). A medicalização da sexualidade, como instrumento de exclusão, simboliza a repressão sobre a sexualidade, como de forma sábia afirma Gonçalves.

Rodrigo Gonçalves valiosamente informa que, na esfera do racismo, são estabelecidas as relações de poder. Ele discorre que a Bioética busca compreender a vida, em um sentido mais amplo que sua dimensão biológica. De maneira importante, Gonçalves reflete que o racismo é compreendido como representações da vida, a partir do debate sobre as questões raciais entre diferentes etnias que destacou o surgimento do conceito de raça.

O autor observa que o racismo treinou o mundo a raciocinar imerso em uma lógica de hierarquias vitais. Seguindo na mesma linha dessa observação, encontramos outra contribuição: as maneiras de se abordar o racismo fenotipado levam ao aprisionamento histórico. Adequadamente, Gonçalves lembra que o pensamento de que o racismo é apenas um incidente da história é hegemônico. Porém, na contramão desse pensamento, verifica-se que o racismo é a estrutura fundamental que impulsiona a modernidade, conclui.

Outra representação fundamental, expressa pelo autor, é a concepção da racionalização de instituições, como o Estado e a família. Gonçalves realça que se percebe uma distinção curiosa entre seres humanos e animais, deixando de lado a certeza que somos animais. O autor aduz que a experiência dos direitos humanos nos interessa, pois eles tratam como uma representação da alteridade com a qual temos que lidar com cuidado. Afirma que a modernidade está posta. E, ainda, conforme Gonçalves, a discussão do racismo está intimamente relacionada à Biopolítica. Ao abordar o racismo, Carneiro (2005) recorre à análise do poder discutida por Foucault, como é deixado em evidência, na obra resenhada.



É demonstrado de maneira importante pelo autor que é negado ao ser humano negro, durante sua construção, a representação do que é ser um ser humano. Decorrente disso, enquadrar os corpos negros como subalternos parece ser colocá-los em suas categorias originais. O artigo cita que Carneiro (2005), abordando o Epistemicídio, faz sua teorização de forma categórica.

Gonçalves não permite o silenciamento de outro ponto relevante: sem qualquer justificativa, corpos ainda são mortos. Ainda assim, existem camadas de discursos distintos. É comum ouvir, em uma dissertação de mestrado, que o discurso adotado é militante. Ele afirma sabiamente que a diferenciação binária entre os tipos de discursos é comprometida pelo ponto de vista biológico. Politizar e teorizar não podem ser vistas como coisas diferentes. Jonas Rodrigo alude que o genocídio é um fenômeno que constitui a modernidade. Os gestos solidários aparecem facilmente perante um gesto violento, explicita Gonçalves.

O manuscrito evidencia que Carneiro (2005) refletirá sobre a conexão entre o indivíduo, o poder e o saber, e que ela expressou conceitos por meio de mudanças significativas. O autor da obra aduz que diferenças étnicas não são reconhecidas pelo racismo. E que é sugerido por Hannah Arendt que se escolha um lado: ou se apoia ou se opõe à lógica. Rodrigo declara que discorrer sobre o racismo em si não faz parte das estratégias de Foucault. E que estamos em pleno século XXI, e ainda existem seres humanos sendo utilizados como cobaias.

Assertivamente, o autor traz à luz que o ser humano figura no campo da essência, do ontológico, enquanto a etnia, a raça e a cor figuram no campo da aparência, do ôntico. Quando se reflete sobre direitos e igualdade de forma abstrata, torna-se impreciso ao não se especificarem as camadas de igualdade. Isso leva à afirmativa de que o que o Estado percebe enquanto necessidades da sociedade civil está em descompasso em relação às reais demandas dessa sociedade. E o causador dessa desarmonia não é o racismo propriamente dito, mas a discussão sobre ele. Gonçalves lembra também que a narrativa dominante é a apresentada por Gilberto Freyre, que traz uma coexistência harmoniosa entre as raças, apresentando a ideia de que os estupros foram enxergados como relações com existência de consentimento. O autor exhibe com sabedoria que, existiram como parte de um bloco de políticas estatais com o objetivo de branquear a sociedade nacional. Assim como esse branqueamento, a criminalização da vadiagem era uma política existente, continua explanando Rodrigo, que ainda informa que racismo já tinha um papel instrumental anteriormente à abolição, e não teve início com ela. Outro ponto arrolado por ele é que as leis municipais inibem expressões de origem da cultura africana.

De maneira importante, a obra resenhada informa que Carneiro (2005) aponta o sujeito pardo em uma posição vinculada ao histórico do estupro. Esse sujeito é a representação da violência racial, evidencia Gonçalves. A Biopolítica serve para definir quem pode viver e quem pode ser deixado para morrer, é o que afirma Mbembe (2017), segundo evidenciado pelo artigo. Pode ser encarada como uma exemplificação decorrente desse conceito as palavras de Gonçalves: as guerras são enfrentadas no dia a dia. O povo negro não está na esfera da subjeção, mas sim na da abjeção. Endossando todo o exposto, o autor afirma que é desafiador conceber políticas de inclusão voltadas para a juventude negra.

E, de maneira enriquecedora, em suas considerações finais, Jonas Rodrigo conclui que o poder é a base das relações que se inclinam à repressão. As questões relacionadas à sexualidade foram influenciadas por essa lógica da repressão, e a posição de não ser atribuída aos não brancos, legitimou o surgimento da lógica do racismo.



## Referências

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. A lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo: o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano I, Vol. I, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/21>. Acesso em: 13 maio 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. (Tradução de Marta Lança) Portugal: Antígona, 2017.

PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?** São Paulo: Instituto Piaget, 1990.